

Concessionária da
Rodovia MG050
S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em 30 de setembro
de 2021**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.
Divinópolis – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 19 de março de 2021 sem modificação e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 13 de novembro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.331.978
Preferenciais	0
Total	1.331.978
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.108.206	985.226
1.01	Ativo Circulante	165.399	35.769
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	153.013	25.723
1.01.03	Contas a Receber	11.023	8.241
1.01.03.01	Clientes	9.392	6.774
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.631	1.467
1.01.03.02.01	Contas a receber do Poder Concedente	1.631	1.467
1.01.06	Tributos a Recuperar	615	840
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	615	840
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	748	965
1.01.08.03	Outros	748	965
1.01.08.03.02	Outros créditos	748	965
1.02	Ativo Não Circulante	942.807	949.457
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	140.707	137.420
1.02.01.07	Tributos Diferidos	107.738	102.474
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	107.738	102.474
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	32.969	34.946
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	21.022	24.492
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	567	617
1.02.01.10.05	Outros Ativos	9.940	8.609
1.02.01.10.06	Direito de uso	1.440	1.228
1.02.04	Intangível	802.100	812.037
1.02.04.01	Intangíveis	802.100	812.037
1.02.04.01.02	Intangível	667.363	738.634
1.02.04.01.03	Ativo contratual	134.737	73.403

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.108.206	985.226
2.01	Passivo Circulante	103.682	245.037
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.164	3.744
2.01.02	Fornecedores	26.517	26.276
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.517	26.276
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.014	1.706
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.178	908
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	836	798
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.901	176.881
2.01.04.02	Debêntures	5.901	176.881
2.01.05	Outras Obrigações	2.898	2.289
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	85	274
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	85	274
2.01.05.02	Outros	2.813	2.015
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	2.116	1.478
2.01.05.02.06	Passivo de arrendamento	697	537
2.01.06	Provisões	62.188	34.141
2.01.06.02	Outras Provisões	62.188	34.141
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção e Investimentos	62.188	34.141
2.02	Passivo Não Circulante	552.520	535.762
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	391.439	380.494
2.02.01.02	Debêntures	391.439	380.494
2.02.02	Outras Obrigações	6.599	6.528
2.02.02.02	Outros	6.599	6.528
2.02.02.02.03	Dividendos a Pagar	5.785	5.785
2.02.02.02.04	Passivo de arrendamento	814	743
2.02.04	Provisões	154.482	148.740
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65.203	50.750
2.02.04.02	Outras Provisões	89.279	97.990
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção e Investimentos	89.279	97.990
2.03	Patrimônio Líquido	452.004	204.427
2.03.01	Capital Social Realizado	821.448	518.879
2.03.02	Reservas de Capital	7.401	7.401
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-376.845	-321.853

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	59.635	164.461	69.794	175.941
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-55.127	-159.527	-65.021	-168.275
3.03	Resultado Bruto	4.508	4.934	4.773	7.666
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.091	-26.088	-4.643	-17.475
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.101	-26.169	-4.654	-17.528
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10	81	11	53
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-583	-21.154	130	-9.809
3.06	Resultado Financeiro	-18.218	-39.102	-12.812	-43.806
3.06.01	Receitas Financeiras	1.607	2.196	154	635
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.825	-41.298	-12.966	-44.441
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.801	-60.256	-12.682	-53.615
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.162	5.264	4.292	18.173
3.08.02	Diferido	2.162	5.264	4.292	18.173
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.639	-54.992	-8.390	-35.442
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-16.639	-54.992	-8.390	-35.442
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01689	-0,05582	-0,01682	-0,07104

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-16.639	-54.922	-8.390	-35.442
4.03	Resultado Abrangente do Período	-16.639	-54.922	-8.390	-35.442

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	50.358	46.141
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	88.311	61.733
6.01.01.01	Prejuízo Líquido do Período	-54.992	-35.442
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	-5.264	-18.173
6.01.01.03	Amortização do Intangível	57.909	50.648
6.01.01.04	Juros sobre debêntures passivas	33.615	33.552
6.01.01.05	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	20.548	2.406
6.01.01.06	Provisão para Manutenção e Investimentos	36.495	28.727
6.01.01.07	Juros sobre empréstimo	0	15
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.027	8.917
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes e do Poder Concedente	-2.782	514
6.01.02.02	Despesas Antecipadas e Outros Ativos	-1.568	10.038
6.01.02.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.470	-1.320
6.01.02.04	Fornecedores e	-170	-2.760
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	420	731
6.01.02.06	Obrigações Fiscais	-15.078	12
6.01.02.07	Outras Contas a Pagar	869	891
6.01.02.08	Partes relacionadas	-188	811
6.01.03	Outros	-22.926	-24.509
6.01.03.01	Provisão para Manutenção - Utilização	-16.831	-19.876
6.01.03.02	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários - Utilização	-6.095	-4.633
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-47.373	-84.482
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	-47.373	-84.482
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	124.305	20.142
6.03.01	Debêntures - Captação	378.313	0
6.03.02	Debêntures- Pagamento de Principal	-260.000	0
6.03.03	Pagamento de juros de debêntures	-9.394	-9.843
6.03.04	Aumento de Capital em Espécie	15.386	30.000
6.03.05	Empréstimos - Captação	0	5.000
6.03.06	Empréstimos- Pagamento de Principal	0	-5.000
6.03.07	Empréstimos - Juros pagos	0	-15
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	127.290	-18.199
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.723	37.240
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	153.013	19.041

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	518.879	7.401	0	-321.853	0	204.427
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.879	7.401	0	-321.853	0	204.427
5.04	Transações de Capital com os Sócios	302.569	0	0	0	0	302.569
5.04.01	Aumentos de Capital	302.569	0	0	0	0	302.569
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-54.992	0	-54.992
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-54.992	0	-54.992
5.07	Saldos Finais	821.448	7.401	0	-376.845	0	452.004

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	468.879	7.401	0	-239.784	0	236.496
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	468.879	7.401	0	-239.784	0	236.496
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.000	0	0	0	0	30.000
5.04.01	Aumentos de Capital	30.000	0	0	0	0	30.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.442	0	-35.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.442	0	-35.442
5.07	Saldos Finais	498.879	7.401	0	-275.226	0	231.054

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	174.712	181.698
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	115.351	97.339
7.01.02	Outras Receitas	12.559	12.123
7.01.02.01	Outras receitas - contraprestação pecuniária	12.559	12.123
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	46.802	72.236
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-114.944	-123.269
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-42.413	-33.211
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.442	-5.390
7.02.04	Outros	-67.089	-84.668
7.02.04.01	Custos de Construção	-46.802	-72.236
7.02.04.02	Outros	-20.287	-12.432
7.03	Valor Adicionado Bruto	59.768	58.429
7.04	Retenções	-57.909	-50.648
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-57.909	-50.648
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.859	7.781
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.303	635
7.06.02	Receitas Financeiras	2.303	635
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.162	8.416
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.162	8.416
7.08.01	Pessoal	11.016	10.233
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.677	7.045
7.08.01.02	Benefícios	2.788	2.715
7.08.01.03	F.G.T.S.	551	473
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.857	-10.806
7.08.02.01	Federais	1.266	-15.526
7.08.02.02	Estaduais	2	3
7.08.02.03	Municipais	5.589	4.717
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.281	44.431
7.08.03.01	Juros	32.602	33.161
7.08.03.03	Outras	8.679	11.270
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-54.992	-35.442
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-54.992	-35.442

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Companhia”), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16 de maio de 2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 6 de março de 2017, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia (“Grupo”).

O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia, em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para a SEINFRA, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Companhia, e as variações verificadas a maior acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA, conforme anteriormente especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificados além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e a SEINFRA mediante a composição do reequilíbrio econômico do contrato.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo tráfego, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R\$1.380 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

Em 1º de julho de 2013, foi assinado o 6º Termo Aditivo - TA ("TA06") ao contrato de concessão que:

- (a) alterou o cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico--financeiro e adequação gerencial, constante no 5º Termo Aditivo – TA ("TA05");
- (b) alterou o plano de negócios da rodovia, constante no 5º TA;
- (c) alterou o Quadro de Indicadores de Desempenho, constante no 5º TA.

Em 11 de maio de 2017 foi homologada a versão definitiva do TA nº 7 ("TA07") do contrato de concessão. O referido TA tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de:

- (a) Uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro;
- (b) Reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionado na Nota 5 e a respectiva atualização monetária. Este valor foi compensado com os valores necessários à conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente (Nota 11), e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária.

Nesse TA também foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Companhia que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão.

Após a homologação do TA07 definitivo, a Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada:

Rodovia MG 050

- Duplicação do trecho compreendido entre o Km 57,6 e o Km 61,1, localizado no município de Juatuba, com implantação de uma passagem inferior de veículos e de pedestres e duas passagens inferiores de pedestres, além de vias marginais (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 200,3 e o km 201,8, localizado no município de Formiga, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o Km 61,1 e o Km 66,9, localizado entre os municípios de Juatuba e Mateus Leme, com implantação de três passagens inferiores de veículos e de pedestres, um dispositivo de retorno com uma passagem superior, três passagens inferiores de pedestres e uma passarela de pedestres (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 66,9 e o km 69,1, localizado no município de Mateus Leme, com implantação 5,2 km de vias marginais, uma passagem inferior de pedestres, dois dispositivos de retorno com passagem superior de veículos, um dispositivo de retorno com passagem inferior de veículos e três passarelas de pedestres (concluída);
- Obras de drenagem urbana do município de Mateus Leme entre os km 67,6 e km 68,9 (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 69,1 e o km 75,7, localizado no município de Mateus Leme, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível, uma ponte, um viaduto e uma passarela de pedestres (concluída);
- Passarela de pedestres km 62,8 (concluída);
- Duplicação do km 84,8 ao km 89,3, localizado no município de Itaúna, com implantação de 03 interseções com execução de duas passagens inferiores de veículos e pedestres e 01 passagem superior, e implantação de dispositivo de retorno em nível (concluída);
- Passarela de pedestres km 84,3 (concluída);
- Passarela de pedestres km 85,3 (concluída);
- Duplicação do km 120,9 ao km 122,4, localizado no município de Divinópolis, com implantação de Ponte sobre o Rio Itapecerica, implantar Interseção em dois níveis para acesso à Av. J.K, com duas passagens inferiores de veículos e pedestres nos km's 122,80 e

123,03, implantar 600m de vias marginais entre os km 122,300 e km 123,5 e Passagem Inferior para travessia de Pedestres no km 122 (concluída);

- Duplicação, marginais, passagens de pedestres e demolição de passarela existente entre o km 123+560 e 124+920 e Passagem inferior de veículos e pedestres no km 124,50 para interligação da Av. Ibirité (concluída);
- Duplicação do km 124,9 ao km 127,2, localizado no município de Divinópolis, com implantação de Interseção para acesso à BR-491 com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída);
- Executar o alargamento da obra-de-arte especial do viaduto sobre a FCA (pista central) no km 128,7(concluída);
- Interseção de acesso a Serra Negra/S. Seb. do Oeste - Km 143,35 ao Km 144,2 (concluída);
- Alteração de traçado e greide travessia do município de Córrego Fundo com implantação de ponte, do km 212,4 ao km 213,15 com 0,75 km de extensão (concluída);
- Duplicação no trecho compreendido entre o km 263,4 ao km 264,2 localizado no município de Piumhi, com implantação de um dispositivo de retorno em nível (concluída);
- Interseção em dois níveis acesso a Alpinópolis/MG-446 km 330,8 ao km 331,4 (concluída);
- Duplicação do km 357,2 ao km 338,1 localizado no município de Passos, com implantação de Interseção em dois níveis com a Av. Arlindo Figueiredo com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída);
- Implantação de interseção tipo giratório alongado para acesso a S. Gonçalo do Pará (MG-252) entre o km 114,9 e 115,6 (concluída);
- Duplicação do km 372,4 ao km 373,8, localizado no município de Itaú de Minas, com implantação de Interseção a MG-344/Cássia e fábrica Itaú com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída);
- Realização de 28,25 km de Adequações Geométricas, com correções do traçado da rodovia (concluída);
- Implantação de 29,3 km de acostamentos ao longo da rodovia (concluída);
- Implantação de 73,9 km de terceiras faixas na rodovia (concluída);
- Execução de 05 dispositivos em nível (concluída);
- Adequação de 18 OAE para o trem timpo TT-45 (concluída).

Rodovias BR-491 e BR-265

- Duplicação do trecho compreendido entre o km 1,50 e o km 4,45 da rodovia BR-491, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, com implantação de dois retornos em desnível, duas passagens superiores e duas passarelas para travessia de pedestres (concluída);
- Realização de 7,5 km de Adequações Geométricas, com correções do traçado na rodovia BR-265 (concluída);
- Implantação de 21,9 km de acostamentos ao longo da rodovia BR-265 (concluída);
- Implantação de 18,6 km de terceiras faixas na rodovia BR-265 (concluída);

Dados previstos para as rodovias MG-050, BR-265 e BR-491 para os próximos anos (2020 a 2025), segundo Termo Aditivo do Contrato de nº 07 (TA-07), conforme segue:

- Duplicações ao longo da rodovia: 33,11 km (em negociação no TA-08);
- Correções de traçado ao longo da rodovia: 21,18 km;
- Implantação de interseções, rotatórias alongadas, dispositivos em nível e em desnível ao longo da rodovia, passagens inferiores de veículos e retornos: 31;
- Passarelas e passagens inferiores de pedestre: 17

Para o cumprimento dos compromissos remanescentes descritos, a Companhia estima, a valores nominais, na data-base 30 de setembro de 2021, investimentos para melhoria na infraestrutura nos valores aproximados de R\$ 512.197 e de R\$194.734 (R\$606.428 e de R\$211.565 em dezembro 2020) referentes à recuperação e manutenção, respectivamente, até o final da concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o seguinte:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando-se a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 10.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens, cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão.

2. Base de apresentação e elaboração das Informações contábeis Intermediárias e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As informações contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração financeira anual).

As informações contábeis Intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações contábeis Intermediárias contêm notas explicativas selecionadas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis Intermediárias foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 12 de novembro de 2021.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas informações contábeis Intermediárias, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Companhia durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração financeira anual.

3.1 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis Intermediárias são as mesmas que as aplicadas na preparação da última demonstração financeira anual. Portanto, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura dessas informações contábeis Intermediárias em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento acerca da condição financeira e de liquidez da Companhia e da sua capacidade em gerar lucros e fluxos de caixa.

3.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição	Impacto nas Informações contábeis Intermediárias
IFRS 17 - Contratos de Seguros	Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17, correlato ao CPC 50, fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.	A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo assim, a administração da Companhia irá avaliar os impactos do IFRS nas demonstrações financeiras em sua futura adoção.
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancárias	4.596	1.435
Aplicações financeiras (a)	148.417	24.288
Total	153.013	25.723

(a) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. Compostas basicamente por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remuneradas na média à taxa de 96,09% (95,92% em dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	30/09/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico	9.220	6.621
Cupons de pedágio	172	153
	9.392	6.774
Contraprestação pecuniária (a)	1.631	1.467
	1.631	1.467
Total Contas a Receber de cliente e do Poder Concedente	11.023	8.241
Circulante	11.023	8.241

- (a) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão, os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária.

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperada com recebíveis. O prazo médio de vencimento do pedágio eletrônico e dos cupons de pedágio é de 30 dias, exceto contas a receber de contraprestação pecuniária - SEINFRA.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/09/2021	31/12/2020
A vencer	11.023	8.241

6. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	30/09/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Fornecedores - Controladora		
AB Concessões S.A. (a)	85	274
Total	85	274
Passivo não circulante		
Dividendos a pagar – Controladora:		
AB Concessões S.A.	5.785	5.785
Total	5.785	5.785

Transações	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Custos e despesas				
Controladora				
AB Concessões S.A. (a)	258	777	271	811
Total	258	777	271	811

- (a) Refere-se à prestação de serviços contábil, financeiro, fiscal, de recursos humanos e jurídico mediante contrato específico que definiu os serviços a serem realizados, assim como o preço. O contrato foi assinado em 2012, com prazo indeterminado, prevendo o reembolso trimestral dos custos e das despesas decorrentes do compartilhamento das atividades e da estrutura física, não estando sujeito a encargos financeiros, e sem a prestação de garantias adicionais.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

O montante reconhecido como despesa nos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$485 e R\$1.429 (R\$ 335 e R\$1.368, respectivamente, em 30 de setembro de 2020), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Salários	340	970	246	771
Encargos	121	345	89	273
Outros benefícios	24	114	-	324
Total	485	1.429	335	1.368

7. Ativo contratual e intangível da concessão

A movimentação é como segue:

Custo	Intangível em rodovias (a)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.070.784	798	1.071.582
Adições	75.509	29	75.538
Saldos em 30 de setembro de 2020	1.146.293	827	1.147.120
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.156.204	828	1.157.032
Adições	47.455	-	47.455
Saldos em 30 de setembro de 2021	1.203.659	828	1.204.487

Amortização acumulada	Intangível em rodovias (a)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(277.506)	(609)	(278.115)
Amortização	(50.144)	(68)	(50.212)
Saldos em 30 de setembro de 2020	(327.650)	(677)	(328.327)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(344.300)	(695)	(344.995)
Amortização	(57.348)	(44)	(57.392)
Saldos em 30 de setembro de 2021	(401.648)	(739)	(402.387)

Saldos em 31 de dezembro de 2020	811.904	133	812.037
Saldos em 30 de setembro de 2021	802.011	89	802.100

Taxa média de amortização (a.a.) 6,61% 7,09%

	30/09/2021	31/12/2020
Ativo intangível	667.363	738.634
Ativo contratual	134.737	73.403
Total ativo da concessão	802.100	812.037

(a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é calculada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão e registrada na rubrica "Custo dos serviços prestados".

Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Em 30 de setembro de 2021 o saldo classificado na rubrica de "Ativo contratual" é de R\$ 134.737(R\$73.403 em 31 de dezembro de 2020).

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 30 de setembro de 2021.

8. Debêntures

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento	30/09/2021	31/12/2020
4ª emissão					
1ª série	260	CDI a 100% + 4,60% a.a.	Junho/2022	-	260.791
2ª série	200	CDI a 100% + 6% a.a.	Julho/2022	-	297.395
				-	558.186
5ª emissão	400	IPCA a 100% + 5,97% a.a.	Dezembro/2030	418.819	-
				418.819	-
Custo de transação				(21.479)	(811)
Saldo líquido				397.340	557.375
Circulante				5.901	176.881
Não circulante				391.439	380.494

Cronograma de desembolsos (não circulante)

Ano do vencimento	Valor
2022	6.178
2023	35.007
2024	25.534
2025	49.421
2026	67.543
2027	8.237
2028	54.776
2029	56.835
2030	108.315
(-) Custo de transação	(20.407)
	391.439

5ª emissão

Em 19 de maio de 2021, a Companhia aprovou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$400.000 da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real, série única, e são atualizadas monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e mais 5,97% a.a.

4ª emissão

Em 14 de junho de 2017, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples no montante total de R\$460.000, sendo 460 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em duas séries:

- 1ª série: 260 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real. São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 4,60% ao ano. Os juros são pagos semestralmente, em junho e dezembro e o vencimento do principal será em 14 de junho de 2022;
- 2ª série: 200 debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada e com garantia adicional fidejussória. São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros são pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14 de julho de 2022.

Em 10 de junho de 2020, a Companhia aprovou as alterações das datas de amortização e da taxa dos juros remuneratórios, da primeira série, majorando-os de CDI mais 4% para CDI mais 4,60%, a partir de 14 de junho de 2020. Os pagamentos previstos para 14 de junho de 2020 e 14 de dezembro de 2020, foram acumulados, com o pagamento previsto para 14 de junho de 2021, mantendo-se a periodicidade das demais amortizações e a data de vencimento do principal.

Em 22 de março de 2021, a Companhia aprovou o adimplemento integral e consequente quitação e extinção das obrigações das Debêntures da Segunda Série, mediante a compensação com o consequente aumento de capital na Companhia em valor igual ao saldo

líquido devedor das Debêntures da Segunda Série na data da quitação, no valor total de R\$302.569.

Em 19 de maio de 2021, foi aprovado o resgate da totalidade das Debêntures de primeira Série emitidas no âmbito do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, mediante pagamento no valor de R\$260.508.

As debêntures da 4ª emissão da Companhia são garantidas por:

- (1) Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora.
- (2) Cessão Fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na Nota 1.
- (3) Fiança da controladora AB Concessões S.A.

Cláusulas restritivas

A escritura da 5ª emissão de debêntures da Companhia contém cláusulas restritivas que poderão implicar o vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros, apurados semestralmente a partir de dezembro de 2022. A Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas em 30 de setembro de 2021.

9. Fornecedores

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores de serviços de construção	25.112	25.130
Fornecedores operacionais	1.405	1.146
Total	<u>26.517</u>	<u>26.276</u>

A Companhia possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão, e também aqueles relacionados à operação, manutenção e administração da Companhia.

10. Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo, na provisão para investimentos, considerados os valores até o final da concessão e, na provisão para manutenção, considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito na Nota 1 sendo ajustada a valor presente à taxa de 10,63% ao ano. A intervenção atual é considerada o segundo ciclo de intervenção e será finalizada em 2022, e a próxima intervenção ocorrerá a partir de 2023.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	52.649	76.630	129.279
Adições/atualização (reversões)	23.677	-	23.677
Ajuste a valor presente	19	5.030	5.049
Utilizações	(19.876)	(3.157)	(23.033)
Saldos em 30 de setembro de 2020	56.469	78.503	134.972
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.714	65.417	132.131
Adições/atualização	30.422	-	30.422
Ajuste a valor presente	2.603	3.470	6.073
Utilizações	(16.831)	(328)	(17.159)
Saldos em 30 de setembro de 2021	<u>82.908</u>	<u>68.559</u>	<u>151.467</u>
Circulante	33.002	1.139	34.141
Não circulante	33.712	64.278	97.990
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>66.714</u>	<u>65.417</u>	<u>132.131</u>
Circulante	59.485	2.703	62.188
Não circulante	23.423	65.856	89.279
Total em 30 de setembro de 2021	<u>82.908</u>	<u>68.559</u>	<u>151.467</u>

11. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam advir de referidos casos e estima que a decisão final dessas ações não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22 e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$9.940 na rubrica de "Outros Ativos".

A movimentação do saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	30/09/2021
Cíveis (a)	28.131	2.839	(4.191)	(1.018)	3.030	28.790
Trabalhistas (b)	20.166	4.049	(570)	(5.077)	2.620	21.188
Outros processos (c)	2.450	13.299	(799)	-	271	15.222
Tributária	3	-	-	-	-	3
Total	50.750	20.187	(5.560)	(6.095)	5.921	65.203

	31/12/2019	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	30/09/2020
Cíveis (a)	34.802	2.340	(16.319)	(701)	5.157	25.279
Trabalhistas (b)	19.026	3.169	(1.340)	(3.932)	8.933	25.856
Outros processos (c)	1.242	1.264	(798)	-	-	1.708
Tributária	3	-	-	-	-	3
Total	55.073	6.773	(18.457)	(4.633)	14.090	52.846

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, a desapropriações ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais.

(b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. Por recomendação dos seus advogados, a Companhia adotou o IPCA-E como índice de atualização das provisões de natureza trabalhistas, conforme aplicável.

(c) Corresponde substancialmente a processos administrativos do Poder Público, inclusive ambientais.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos (i) cíveis avaliados com risco de perda possível decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$58.556 (R\$54.877 em 31 de dezembro de 2020); (ii) trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$1.624 (R\$2.782 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$3.261 e R\$17.762, respectivamente, em 30 de setembro de 2021 (R\$3.185 e R\$21.307, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020), classificados no ativo não circulante, referem-se a garantias judiciais.

O valor de garantia judicial corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$ 43.158 (R\$ 48.681 em dezembro de 2020) - avaliados com risco de perda provável, possível e remoto - e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e não figurou na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Crédito de imposto	30/09/2021	Reconhecido no resultado	31/12/2020
Diferença temporária			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	65.203	14.453	50.750
Obrigações fiscais	2.268	311	1.957
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	133.232	-	133.232
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	45.976	(3.207)	49.183
Arrendamento mercantil	72	21	51
Provisão de manutenção e investimento	180.828	20.373	160.455
Base de cálculo	427.579	31.951	395.628
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do crédito	145.377	10.863	134.514
Débito de imposto	30/09/2021		31/12/2020
Diferença temporária:			
Diferenças de taxa de amortização (ii)	75.900	5.295	81.195
Outros ativos (iii)	9.940	(1.331)	8.609
Encargos financeiros a apropriar	21.479	(20.669)	810
Juros de debêntures capitalizados	3.383	237	3.621
Base de cálculo	110.702	(16.468)	94.235
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	37.639	(5.599)	32.040
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	107.738	5.264	102.474

(i) O montante líquido de R\$45.976 em 30 de setembro de 2021 (R\$49.183 em dezembro 2020) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção da Lei 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), composto principalmente por provisão de manutenção, e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.

(ii) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo n. 69 da Lei n. 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil).

(iii) Referem-se aos casos nos quais a Companhia espera que parte dos valores das provisões sejam reembolsadas, em decorrência dos contratos de seguros, conforme mencionado na nota explicativa n 11.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	30/09/2021
Ano 2021	8.434
Ano 2022	23.400
Ano 2023	7.397
Ano 2024 em diante	106.146
Total	145.377

b) Reconciliação dos tributos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos são reconciliados com a alíquota nominal de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 0/09/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(18.801)	(60.256)	(12.682)	(53.615)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social	6.393	20.487	4.312	18.229
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(4.209)	(15.170)	-	-
Outras diferenças permanentes	(22)	(53)	(20)	(56)
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos	2.162	5.264	4.292	18.173
Alíquota efetiva de impostos	11,50%	8,74%	33,84%	33,89%

13. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2021 é de R\$821.448, representado por 1.331.978.481 ações ordinárias (R\$518.879 em 31 de dezembro de 2020 representado por 575.557.061 ações ordinárias), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A.

Em 24 de março 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$302.569 (mediante a compensação integral da Subordinada da 4ª Emissão no valor de R\$287.183 e a diferença de R\$15.386 em dinheiro) com a emissão de 756.421.420 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data.

Em 22 de dezembro 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$20.000, com a emissão de 45.454.545 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data, e integralizadas através do aporte em dinheiro por sua acionista, em parcelas, ocorrendo a integralização completa em 31 de dezembro de 2020.

Em 13 de julho de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$30.000, com a emissão de 61.224.490 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas nessa data, através do aporte em dinheiro por sua acionista.

Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$7.401 como contrapartida dos saldos incorporados.

14. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita de serviços prestados	43.874	115.351	36.405	97.339
Outras receitas - contraprestação pecuniária	4.475	12.559	4.122	12.123
Receita de serviços de construção	15.174	46.802	29.558	72.236
Receita bruta	63.523	174.712	70.085	181.698
Impostos sobre as vendas				
Imposto Sobre Serviços – ISS	(2.124)	(5.583)	(1.762)	(4.711)
PIS	(314)	(831)	264	(185)
COFINS	(1.450)	(3.837)	1.207	(861)
Receita líquida	59.635	164.461	69.794	175.941

15. Custos e despesas por natureza

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Despesas com serviços de conserva, manutenção e operação de rodovia	(9.368)	(30.422)	(7.893)	(23.677)
Despesas de amortização (*)	(21.543)	(57.909)	(20.315)	(50.648)
Despesas com prestadores de serviços	(5.774)	(15.439)	(4.817)	(14.175)
Despesas com empregados	(4.667)	(12.665)	(3.896)	(11.720)
Despesas com materiais e equipamentos	(579)	(1.553)	(451)	(1.432)
Custos com construção	(15.174)	(46.802)	(29.558)	(72.236)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(3.023)	(20.548)	(3.427)	(2.406)
Reembolso com seguro	438	1.331	1.132	(8.029)
Despesas com seguro	(140)	(483)	(141)	(455)
Outras despesas gerais e administrativas	(398)	(1.206)	(309)	(1.025)
Outras receitas	10	81	11	53
Total	(60.218)	(185.615)	(69.664)	(185.750)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(55.127)	(159.527)	(65.021)	(168.275)
Despesas gerais e administrativas	(5.101)	(26.169)	(4.654)	(17.528)
Outras receitas operacionais, líquidas	10	81	11	53
Total	(60.220)	(185.616)	(69.664)	(185.750)

(*) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16. Esta última no valor de R\$517 em 30 de setembro de 2021 e R\$ 279 em setembro de 2020.

16. Receitas e despesas financeiras

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas financeiras				
Receita com rendimento de aplicações financeiras e outras (*)	1.591	2.120	85	492
Outras receitas financeiras	16	76	69	143
	1.607	2.196	154	635
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente da provisão para manutenção e investimentos	(2.039)	(6.074)	(1.203)	(5.049)
Juros e variações monetárias sobre debêntures (**)	(17.400)	(33.615)	(10.494)	(33.552)
Juros sobre empréstimos	-	-	-	(15)
Comissões bancárias e outras	(194)	(1.142)	(833)	(5.227)
Outras despesas financeiras	(192)	(467)	(436)	(598)
	(19.825)	(41.298)	(12.966)	(44.441)
Resultado financeiro	(18.218)	(39.102)	(12.812)	(43.806)

(*) Receitas com rendimentos de aplicações financeiras, e atualização monetária da contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme mencionado na Nota 4.

(**) Juros e variação monetária das debêntures passivas da 4ª emissão que correspondem a 100% da variação do CDI mais juros de entre 4% e 6% ao ano, conforme mencionado na Nota 8. Juros e variação das debêntures da 5ª emissão que correspondem a variação acumulada do IPCA mais 5,97% ao ano.

17. Prejuízo por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado básico e do resultado diluído por ação.

Básico e diluído	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Prejuízo do período	(16.639)	(54.992)	(8.390)	(35.442)
Quantidade média ponderada de ações durante o período	1.331.978	1.102.004	498.879	498.879
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R\$)	(0,01)	(0,05)	(0,02)	(0,07)

No período findo em 30 de setembro de 2021 e setembro de 2020, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no resultado por ação, e, portanto, o resultado por ação básico e diluído são idênticos.

18. Demonstrações dos fluxos de caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo.

a) Informações suplementares

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Fornecedores	410	(5.785)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	410	(5.785)
Aquisições do intangível	(410)	5.785
Efeito no caixa líquido das atividades investimentos	(410)	5.785
Aumento de capital social	287.183	-
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(287.183)	-
Efeito no caixa líquido das atividades financiamento	-	-

b) Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	-557.375	-518.879	-
Varição dos fluxos de caixa de financiamento			1.076.254
Pagamento de dividendos			0
Debêntures:			-
Captações	-378.313		-378.313
Pagamento de principal	260.000		260.000
Pagamento de juros	9.394		9.394
Aumento de capital social		-15.386	-15.386
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-108.919	-15.386	-124.305
Outras variações			
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	-33.615		-33.615
Outras transações que não afetaram caixa	302.569	-287.183	15.386
Total das outras variações	268.954	-287.183	-18.229
Saldo Final	-397.340	-821.448	1.218.788

19. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que:

- (1) O caixa e equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI.
- (2) As contas a receber de clientes, exceto contraprestação pecuniária, e as contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas possuem prazo médio de 30 dias.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	397.340	455.960	557.375	593.290

(*) Valores líquidos dos custos de transação.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no período findo em 30 de setembro de 2021. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2021.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	30/09/2021	31/12/2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	153.013	25.723
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	11.023	8.241
Outros ativos	748	965
Passivos		
Fornecedores	26.517	26.276
Fornecedores partes relacionadas	85	274
Debêntures	397.340	557.375

Riscos de mercado

a) *Exposição a riscos cambiais*

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos de taxa de juros. Em 30 de setembro de 2021, a administração efetuou análise de sensibilidade apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 30 de setembro de 2021;

- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de setembro de 2021;
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de setembro de 2021.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do IPCA (i)	-	8,49%	10,62%	12,74%
Empréstimos indexador				
Debêntures 5ª emissão – IPCA (ii)	(418.819)	(62.703)	(72.128)	(81.553)
	(418.819)	(62.703)	(72.128)	(81.553)
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários				
Indexador				
CDB e operações compromissadas - CDI (iii)	147.789	12.043	15.048	18.050
Exposição líquida – perda	(271.029)	(50.660)	(57.080)	(63.503)
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base	-	-	(6.420)	(12.842)

(i) Fonte: Banco Central do Brasil Sistema de Expectativa de Mercado – Séries de estatísticas consolidadas

(ii) Ver Nota 8.

(iii) Ver Nota 4.

c) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de classificação de risco de crédito (“rating”).

A Companhia apresenta valores a receber, principalmente, da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a Companhia possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 5. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	30/09/2021	31/12/2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	153.013	25.723
Contas a receber e partes relacionadas	11.023	8.241

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI no encerramento do exercício:

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (i)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes:									
Contas a receber de clientes e poder concedente	11.023	-	11.023	-	11.023	-	-	-	-
Total	11.023	-	11.023	-	11.023	-	-	-	-
Passivos:									
Debêntures - principal (ii)	400.000	388.510	-	-	-	66.759	145.503	576.248	788.510
Debêntures – juros	18.819	213.648	12.159	12.997	25.156	56.152	57.360	93.799	207.311
Fornecedores e partes relacionadas	26.602	-	4.197	22.405	26.602	-	-	-	-
Outras contas a pagar	2.116	-	-	2.116	2.116	-	-	-	-
Total	447.537	602.158	16.356	37.518	53.874	122.911	202.863	670.047	995.821

(i) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 30 de setembro de 2021 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures.

20. Gestão de risco de capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social, as reservas de lucros e o dividendo adicional proposto.

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade e a continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir custo e maximizar os recursos aplicados em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Endividamento

O índice de endividamento é o seguinte:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dívida financeira total	418.819	558.186
Caixa e equivalentes de caixa	(153.013)	(25.723)
Dívida líquida	265.806	532.463
Patrimônio líquido	452.004	239.584
Índice de endividamento líquido	0,59	2,22

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,59 em 30 de setembro de 2021 (2,22 em 31 de dezembro de 2020), principalmente devido ao reforço de caixa resultado da 5ª emissão de debêntures públicas (Nota 8), cujos recursos foram destinados para investimentos, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas, ocorridas no período igual ou inferior a 24 (vinte quatro) meses antes do encerramento da oferta relativos à consecução de Projeto, no âmbito do Contrato de Concessão Patrocinada SETOP 007/2007.

21. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

22. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente.

Em 30 de setembro de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - em milhares de reais	Vencimento do contrato
Seguro riscos - responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	57.694	Setembro/2022
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	37.000	Setembro/2022
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	20.880	Setembro/2022
Seguro garantia	Garantia de conservação da concessão	43.125	Setembro/2022
Seguro garantia	Garantia de ampliação de concessão	113.650	Setembro/2022